

4.1. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS-FREGUESIA:

Submete-se à apreciação do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal, o contrato interadministrativo com a **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº Estevão e S. Vicente)**, para execução da obra denominada **"Repavimentação do Largo do Assento e Rua Dr. António Barbosa Carneiro"** no montante de **82.307,95 €**.

R.C. – Reunião de -----/-----/2019

A.M. – Reunião de -----/-----/2019

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESCUDEIROS E PENSO (S.TO ESTÊVÃO E S.
VICENTE)**

PRIMEIRO OUTORGANTE: *RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO*, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: *FERNANDO ALBERTO OLIVEIRA COSTA SILVA* intervindo em representação da **FREGUESIA DE ESCUDEIROS E PENSO (STO. ESTÊVÃO E S. VICENTE)**, pessoa coletiva de direito público nº 510 836 569, com sede no Lugar do Assento – 4705-473 ESCUDEIROS, adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei n.º 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou, com a **FREGUESIA DE ESCUDEIROS E PENSO (S.TO ESTÊVÃO E S. VICENTE)**, o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei n.º 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de ----- de ----- de 2019, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de ----- de ----- de 2019 e pela Assembleia de Freguesia de Escudeiros e Penso (S.to Estêvão e S. Vicente), em sessão de ----- de ----- de 2019, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2019.

Cláusula 1ª Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE ESCUDEIROS E PENSO (S.TO ESTÊVÃO E S. VICENTE)**, para a execução da obra denominada **“Repavimentação do Largo do Assento e Rua Dr. António Barbosa Carneiro”**, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª (Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO à FREGUESIA**, uma verba de **77.794,41€ (c/IVA 6% incluído)**, à qual acresce a importância de **4.513,54€ (c/IVA 23% incluído)** correspondente ao valor definido para o projeto, perfazendo o total de **82.307,95€**, por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

Cláusula 4ª **Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª **Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª **Prazo**

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.ª **Obrigações do MUNICÍPIO**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.ª **Obrigações da FREGUESIA**

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.^a Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.^a Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.^a Ocorrências e emergências

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.^a
Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.^a
Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.^a
Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

- a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
- b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea *b)* do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas *a)* a *e)* do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.^a
Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento n.º -----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos n.º -----.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: **a)** o respetivo clausulado **b)** a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: **a)** As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; **b)** O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos:

- a)** As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b)** O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**;
- c)** Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a)** Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ---- de ----- de 2019 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;
- b)** Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ----- de ----- de 2019.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga , 10 de Julho de 2019

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da União de Freguesias de Escudeiros e Penso (S.to Estêvão e S. Vicente)

Relatório do Documento entrada n.º 24662 de 02/05/2019

DOCUMENTO Nº

REMETENTE EXT.: UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESCUDEIROS E PENSO (SANTO ESTEVÃO E SÃO VICENTE)

DATA 00/00/0000

TIPO DE DOCUMENTO PEDIDO

REFERÊNCIA E/24662/2019

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

REGISTADO: augusto.martins

ATUALIZADO: gaspar.silva

ASSUNTO

Repavimentação do Largo do Assento e Rua Dr. António Barbosa Carneiro (Adro da Igreja). Apresenta projeto físico e digital.

Detalhes do Documento

1. Original

Enviado para Func.: Filomena Antonia Fernandes Carvalho Braga Vieira

PROCESSO N.º

CLASSIFICAÇÃO

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(28) Movimentado no dia 09/07/2019 16:03 para Func.: Filomena Antonia Fernandes Carvalho Braga Vieira

Efetuada por Func.: 4832 - Antonio Carlos Vieira Barroso(antonio.barroso)

Motivo: Elaborar proposta de apoio financeiro. Segue físico.

(27) Movimentado no dia 09/07/2019 14:02 para Func.: Antonio Carlos Vieira Barroso

Efetuada por Func.: 557 - Maria Augusta Silva Torres(augusta.torres)

Motivo: Para procedimento. Segue processo.

(26) Movimentado no dia 05/07/2019 11:35 para Serv: DMOSM - DIREÇÃO MUNI. DE OBRAS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Efetuada por Func.: 557 - Maria Augusta Silva Torres(augusta.torres)

Motivo: Aguarda despacho Srª. Directora com informação engº. Gaspar.

(25) Movimentado no dia 04/07/2019 14:35 para Serv: DMOSM - DIREÇÃO MUNI. DE OBRAS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Efetuada por Func.: 557 - Maria Augusta Silva Torres(augusta.torres)

Motivo: Aguarda despacho Srª. Directora.

(24) Movimentado no dia 04/07/2019 14:23 para Serv: DMOSM - DIREÇÃO MUNI. DE OBRAS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Efetuada por Func.: 1123 - Antonio Fernando Carvalho Cunha(antonio.cunha)

Motivo: Com resposta da JUF de Escudeiros e Penso em anexo 4 - segue processo físico.

(23) Movimentado no dia 11/06/2019 11:44 para Func.: Antonio Fernando Carvalho Cunha

Efetuada por Func.: 1123 - Antonio Fernando Carvalho Cunha(antonio.cunha)

Motivo: Enviadas informações técnicas para a JUF de Escudeiros e Penso (Sto Estêvão e S. Vicente9) - anexo 3

(22) Movimentado no dia 07/06/2019 11:48 para Func.: Antonio Fernando Carvalho Cunha

Efetuada por Func.: 4832 - Antonio Carlos Vieira Barroso(antonio.barroso)

Motivo: Transmitir à J.F.. Segue físico.

(21) Movimentado no dia 06/06/2019 12:23 para Func.: Antonio Carlos Vieira Barroso

Efetuada por Func.: 82 - Maria Sameiro Veloso Ribeiro(sameiro.ribeiro)

Motivo: Segue processo físico.

(20) Movimentado no dia 06/06/2019 09:35 para Serv: DMOSM - DIREÇÃO MUNI. DE OBRAS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Efetuada por Func.: 557 - Maria Augusta Silva Torres(augusta.torres)

Motivo: Aguarda despacho Srª. Directora.

(19) Movimentado no dia 05/06/2019 15:29 para Serv: DMOSM - DIREÇÃO MUNI. DE OBRAS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Efetuada por Func.: 1350 - Gaspar Antonio Sampaio Silva(gaspar.silva)

Motivo: À Sr.ª Eng.ª Directora. De remeter ao Sr. Dr. António Barroso. Julgo de transmitir as informações 12 e 16

Câmara Municipal de Braga

Ficha do Compromisso

CONTR.: 24662/2019

Serviço Requiritante: 12 Div. Apoio Freguesias

Cabimento prévio: DELIB.: 24662/2019

Entidade: 2269 União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)
NIF: 510836569

Orgânica: 0102 Câmara Municipal
Económica: 0805010202 Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação

GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES
420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES
2017/6 Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências

N.Seq.: 49557

Contrato:

Data	Nº Lanç	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
10/07/2019	14071	1,00				1,00		REPAVIMENTAÇÃO DO LARGO DO ASSENTO E RUA DR. ANTÓNIO BARBOSA CARNEIRO - FREGUESIA DE ESCUDEIROS E PENSO (STO ESTEVÃO E S. VICENTE)
10/07/2019	14072					1,00	82 306,95	

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Cabimento

DELIB.: 24662/2019

Serviço Requiritante: 12 Div. Apoio Freguesias

Organica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 080501020 Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação

GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/6 Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências

N. Seq.: 43928

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 1 800 000,00

Cabimentado: 1 798 859,63

Saldo: 1 140,37

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		N Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		
10/07/2019	12571	1,00						

1,00 REPAVIMENTAÇÃO DO LARGO DO ASSENTO E RUA DR. ANTÓNIO BARBOSA CARNEIROFREGUESIA DE ESCUDEIROS E PENSO (STO ESTEVASO E S. VICENTE)

